



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pela Promotora de Justiça LUCIANA QUEIROZ LOPES DE MELO MARTINS PESSOA, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Arez, solicitando orientação acerca de requerimento que lhe fora formulado pelo advogado DANIEL MONTEIRO DA SILVA, o qual solicita, para instruir defesa nos autos dos processos administrativos 0812015000117, 0812015000118, 0812015000004, 0812015000045, 0812015000121 e 0812015001070, que seja certificada a existência de eventuais inquéritos, denúncias, procedimentos preparatórios, processos administrativos, investigações e quaisquer procedimentos que tramitem ou tenham tramitado perante aquele órgão público que envolvam ou tenham envolvido direta ou indiretamente o Sr. ANTÔNIO BRAULIO DA CUNHA no período em que tem exercido o cargo de Prefeito de Arez/RN, ou seja, de 01/07/2017 a 18/07/2017, pugnando ainda o mencionado advogado que, em caso de existência de quaisquer das situações acima descritas, que seja facultado amplo acesso aos respectivos autos, inclusive, para efetuar cópias, concedendo à Promotoria o prazo de 10 dias úteis para o fornecimento das informações e documentos.

Salienta a Promotora que o art. 10, *caput* e § 3º, da Lei n. 12.527/2011 veda quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações, e que o órgão ou entidade pública, segundo a Lei, não sendo possível conceder de imediato acesso à informação, deverá efetuar-lo em até 20 dias, prorrogável por mais 10 dias mediante justificativa expressa.

Ressalta ainda que, por outro lado, a Lei n. 9.051/1995 informa que as certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações requeridas aos órgãos da Administração Pública devem ser expedidas no prazo improrrogável de 15



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

dias, devendo os requerimentos, conforme seu art. 2º, fazerem constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido, ao passo que a Resolução n. 23/2007-CNMP, em seu art. 7º, § 1º, e a Resolução n. 002/2008-CPJ, art. 14, § 1º, as quais disciplinam a instauração e a tramitação do Inquérito Civil, também aplicam essa exigência da Lei n. 9.051/1995.

Por fim, adianta a referida consulente que já deferiu, em face de outro requerimento relativo a outros autos, acesso ao advogado, mas que, quanto a estes, em princípio não verifica nexo de causalidade entre os autos indicados e a administração atual do Município de Arez, razão pela qual o pedido não estaria devidamente fundamentado, segundo a Lei n. 9.051/1995 e as Resoluções em vigor.

Conclui a consulta nos seguintes termos:

**Todavia, existindo um aparente conflito de normas atinentes à temática em apreço, solicito orientação quanto à necessidade de fundamentação dos requerimentos de certidões, bem como de vistas e/ou cópia de procedimentos extrajudiciais, assim como quanto ao prazo para atendimento dessas solicitações, se for o caso. (Grifei).**

**É o que importa relatar.**

Preliminarmente, frise-se que este Parecer tratará da questão sob o ponto de vista das normas jurídicas em vigor, uma vez que as decisões de casos concretos cabem ao próprio membro ministerial atuante na Comarca.

Saliento, outrossim, além de conclusões anteriores de outros autos, a prioridade de análise estabelecida pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral quanto aos autos de n. 92.572/2016-CGMP, que tem por objeto a atualização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, distribuído para este Promotor Corregedor, razão pela qual não foi possível a elaboração de Parecer quanto a esta Consulta em menor tempo.

A questão proposta trata de antinomia entre a Lei n. 9.051/1995 (incluídas as Resoluções n. 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ/MPRN, que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

reproduzem disposições dela para aplicação nos inquéritos civis), a qual dispõe sobre a expedição de certidões pelos órgãos da administração centralizada ou autárquica, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo o prazo improrrogável de quinze dias para a resposta e a exigência de que os interessados façam constar no requerimento esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido (arts. 1º e 2º da Lei); e a Lei n. 12.527/2011 (conhecida como Lei de Acesso à Informação, publicada no Diário Oficial da União em 18/11/2011 e em vigor 180 dias após sua publicação, ou seja, em 16/05/2012), que “regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal” e estabelece que, nos pedidos de acesso a informações para esse fim, “são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público” (art. 10, § 3º), bem como que “o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”, e, não sendo possível isso, que em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, comunique como poderá ser realizada a consulta ou obtida a certidão, indique as razões da recusa ao acesso ou comunique qual o órgão que detém a informação (art. 11), deixando claro, ademais, que a Lei se aplica também ao Ministério Público (art. 1º, parágrafo único, I).

A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), como se conclui de seu art. 46, não revogou formalmente a Lei n. 9.051/1995, estando ela, portanto, ainda em vigor. Todavia, a Lei n. 12.527/2011 derogou a Lei n. 9.051/1995 em quase todas as situações que ela abrangia, por haver tratado de forma diferente a matéria.

Primeiro, porque todos os entes públicos mencionados na Lei n. 9.051/1995 (“órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, conforme seu art. 1º) também foram



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

mencionados pela Lei n. 12.527/2011, em seus arts. 1º e 2º, como destinatários do regime instituído pela nova Lei.

Segundo, porque as “certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações”, tema da Lei n. 9.051/1995, também são objeto da Lei n. 12.527/2011, quando afirma que:

- a) “art. 7º [...] § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, **é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo**” (grifei) (a *contrario sensu*, se não houver parte sigilosa, toda a informação estará disponível por meio de certidão, extrato ou cópia);
- b) “Art. 11. [...] § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no *caput*, **o órgão ou entidade que receber o pedido deverá**, em prazo não superior a 20 (vinte) dias: I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução **ou obter a certidão**” (grifei) (ou seja, se a certidão não puder ser obtida de imediato, poderá ser fornecida em até 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, conforme seu art. 11, § 2º, criando-se, assim, um novo prazo para a consulta à informação ou para a obtenção da reprodução ou da certidão pretendida);
- c) e, por fim: “Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, **por certidão ou cópia**” (grifei) (isto é, se a decisão negativa de acesso deve ser fornecida por certidão ou cópia, mais ainda se aplicarão tais meios quando a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**


Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

decisão for concessiva do acesso pretendido, uma vez que aí vigera de forma ampla o princípio constitucional da publicidade).

Terceiro, porque a Lei n. 12.527/2011 diz expressamente que o Ministério Público se subordina ao regime por ela instituído (art. 1º, parágrafo único, I), ao passo que seu art. 4º dispõe que, "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato"; além de o art. 7º estabelecer que: "Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; [...] V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços", abrangendo, por conseguinte, inúmeras espécies de meio, suporte ou formato, dentre as quais a base documental formada por autos de investigações públicas, como são os inquéritos civis que não tramitem sob sigilo.

Assim, a regra é aplicar-se o regime estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, de modo que, não sendo a informação sigilosa, por ser imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, nem sendo cabível a reserva de acesso por se tratar de informação relativa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, caberá a ampla publicidade dos dados e documentos referentes à atuação do Ministério Público, pelos meios e prazos nela estabelecidos, sendo lícito exigir-se requerimento, mas sendo vedado exigir-se, para acesso a essas informações de interesse público, que o requerimento exponha as razões e os fins do pedido.

Apesar dessa ampla derrogação efetuada pela Lei 12.527/2011 sobre a Lei 9.051/1995, observa-se, entre as leis em comento, uma diferença de nuance, uma vez que a primeira (Lei 9.051/1995) tem por foco o direito à certidão, dando ênfase à questão instrumental (embora "para a defesa de direitos e esclarecimentos

 5/12



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

de situações”, não sendo a certidão um fim em si mesma), ao passo que a segunda tem por foco o direito de acesso à informação em si, sendo a certidão, ao lado da consulta e da reprodução, apenas um dos meios de atendimento ao pleito do interessado.


Justamente por essa nuance, e pelo fato de a Lei n. 12.527/2011 não ter feito revogação formal da Lei n. 9.051/1995, é possível concluir que esta ainda pode ser aplicada aos casos em que o interessado queira compelir a Administração Pública ao fornecimento, especificamente, de “certidão”, mesmo quando cabível o acesso à informação por meio de consulta direta aos dados ou por obtenção de cópia dos documentos, já que não há dispositivo na Lei de Acesso à Informação que garanta expressamente, sem necessidade de exposição de fins e razões do pedido, o direito de exigir certidão.

Neste caso, então, será lícito solicitar do requerente que apresente os fins e as razões do pedido (isto é, que justifique a exigência de certidão), em especial porque a Lei n. 12.527/2011 garante o acesso à informação, mas não que ela seja fornecida, por livre deliberação do requerente, por certidão, se por outro modo a informação se mostrar disponível e não se tratar de pessoa economicamente necessitada, como se lê no art. 11, § 6º, da Lei n. 12.527/2011, abaixo reproduzido:

Art. 11 [...]

§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Esse entendimento, no sentido de que a Lei 9.051/1995 ainda possui campo de aplicabilidade, também pode ser sustentado pelo fato de que as

 6/12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

Resoluções n. 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ, embora alteradas recentemente (já sob a vigência da Lei n. 12.527/2011), não tiveram as menções à Lei n. 9.051/1995 suprimidas de seus textos, dando a entender que referidos órgãos do Ministério Público continuam entendendo aplicável a Lei n. 9.051/1995 quando se tratar de acesso a autos de inquérito civil.

Há, todavia, uma dificuldade interpretativa concernente a tais Resoluções, a qual consiste em que elas não se limitam a prever a exigência de fins e razões do pedido quanto ao requerimento de certidões (matéria regida pela Lei 9.051/1995), estendendo essa exigência, sem igual previsão nessa Lei ou na Lei de Acesso à informação, às situações em que o interessado requer cópia de inquéritos civis, sem distinguir os inquéritos civis que são públicos dos que tramitam sob decretação total ou parcial de sigilo, como se lê no art. 7º da Resolução 23/2007-CNMP, em especial seu § 1º:

Art. 7º Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, **casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.**

**§1º Nos requerimentos que objetivam a obtenção de certidões ou extração de cópia de documentos constantes nos autos sobre o inquérito civil, os interessados deverão fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido, nos termos da Lei nº 9.051/95.**

**§2º A publicidade consistirá:**

- I - na divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público mediante publicação de extratos na imprensa oficial;
- II - na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão;
- III - na expedição de certidão **e na extração de cópias sobre os fatos investigados, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil;**
- IV - na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do inquérito civil;
- V - na concessão de vistas dos autos, mediante requerimento fundamentado do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil. (Inciso suprimido pela Resolução nº 107, de 5 de maio de 2014).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

§3º As despesas decorrentes da extração de cópias correrão por conta de quem as requereu.

§4º **A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público**, e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.

§5º Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser autuados em apenso.

§6º O defensor poderá, mesmo sem procuração, examinar autos de investigações findas ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital. (Acrescido pela Resolução nº 161, de 21 de fevereiro de 2017)

§7º Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o § 6º. (Acrescido pela Resolução nº 161, de 21 de fevereiro de 2017)

§8º O presidente do inquérito civil poderá delimitar, de modo fundamentado, o acesso do defensor à identificação do(s) representante(s) e aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências. (Acrescido pela Resolução nº 161, de 21 de fevereiro de 2017) (Grifos acrescidos).

Veja-se, de igual modo, o que consta no art. 14 da Resolução n. 002/2008-CPJ, em especial seu § 1º:

Art. 14. Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, **casos em que a decretação do sigilo deverá ser motivada.**

§ 1º **Nos requerimentos que objetivam a obtenção de certidões ou extração de cópias de documentos constantes nos autos do inquérito civil, os interessados deverão fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido, nos termos da Lei nº 9.051/95.**

§ 2º A publicidade consistirá:

I – na divulgação oficial, mediante publicação de extratos na imprensa oficial;

II – na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

**III – na expedição de certidão e na extração de cópias sobre os fatos investigados, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil;**

**IV – na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do inquérito civil;**

**V – na concessão de vista dos autos, mediante requerimento fundamentado do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil.**


§ 3º As despesas decorrentes da extração de cópias correrão por conta de quem as requereu.

**§ 4º A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público,** e poderá, conforme o caso, ser limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.

§ 5º Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser autuados em apenso. (Grifos acrescidos).

Quanto a isto, parece-nos que se deve aplicar o mesmo entendimento alhures exposto: a regra deve ser aplicar-se o regime estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, de modo que, não sendo a informação sigilosa, por ser imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, nem sendo cabível a reserva de acesso por se tratar de informação relativa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, caberá a ampla publicidade dos dados e documentos referentes à atuação do Ministério Público, pelos meios e prazos nela estabelecidos, sendo lícito exigir-se requerimento, mas sendo vedado exigir-se, para acesso a essas informações de interesse público, que o requerimento exponha as razões e os fins do pedido. Por sua vez, caso o requerente exija certidão, não se contentando com as formas de acesso universal previstas no art. 11, § 6º, da Lei n. 12.527/2011, aplicar-se-á a Lei n. 9.051/1995, segundo a qual, nos requerimentos que visam à obtenção de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, devem os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

Quanto à exigência de esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido para a obtenção de cópias de inquérito civil, parece-nos que a exigência das

 9/12



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

Resoluções 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ não encontram amparo legal. Apesar disso, como se trata de Resoluções em vigor, expedidas por órgãos de controle e de Administração Superior do Ministério Público e possuindo presunção de legalidade e legitimidade, é lícito que o membro ministerial as aplique.

Diante do exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** este Promotor Corregedor, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, por que seja a consulta respondida do seguinte modo:

- a) requerido acesso a informação de interesse público ao Ministério Público, mesmo estando elas em autos de inquérito civil, aplica-se a Lei n. 12.527/2011 e seus respectivos prazos de fornecimento de informações, cabendo salientar que, conforme seu art. 10, § 3º, “§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”;
- b) a vedação constante do art. 10, § 3º, da Lei n. 12.527/2011 não se aplica, por falta de previsão legal, à solicitação de informações sigilosas ou tidas como pessoais (*vide* art. 31, § 1º, I, da Lei 12.527/2011), cabendo observar-se ainda que, segundo o art. 32, incisos I, III e IV, da Lei n. 12.527/2011, “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; [...] III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação; [...] IV - divulgar ou permitir a

10/12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017


divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal", sendo lícitas, pois, nesses casos, exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações, dado que, como regra, elas não são informações acessíveis;

- c) requerida ao Ministério Público a emissão específica de certidão, sem que o requerente aceite a informação por outros meios, aplica-se a Lei n. 9.051/1995, ocasião em que será lícito exigir do interessado que faça constar do documento esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido;
- d) nada obstante, considerando que as Resoluções 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ estão em vigor, possuindo presunção de legalidade e legitimidade, é lícito que o membro do Ministério Público as aplique integralmente, mesmo divergindo pontualmente das conclusões deste Parecer e de seu eventual acolhimento pelo Corregedor-Geral.

Por fim, **OPINA** este Promotor Corregedor pela expedição de ofícios ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para que, se assim entenderem, determinarem a realização dos estudos próprios visando a avaliar as repercussões da Lei de Acesso à Informação, respectivamente, sobre as Resoluções n. 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ/MPRN, efetuando-se as alterações que se mostrarem necessárias.

É o Parecer.

Encaminhem-se os autos ao Exmo. Sr. Corregedor-Geral.

 11/12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

---

Procedimento de Gestão Administrativa n. 49.435/2017 — PARECER — 05/09/2017

Natal, 05 de setembro de 2017

Mac Lennon Lira dos Santos Leite

Promotor Corregedor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CORREGEDORIA-GERAL

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária  
CEP 59065-555 – Telefone/fax 3232.7136 – [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

---

Procedimento nº 49.435/2017-CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado(a): Luciana Queiroz Lopes de Melo Martins Pessoa

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer da lavra do **Mac Lennon Lira dos Santos Leite**, como razão de decidir.

Encaminhe-se ofício com cópia do parecer e da presente decisão à Promotora de Justiça interessada, para ciência.

Oficie-se aos Excelentíssimos Senhores Presidente do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e Presidente do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do MPRN encaminhando-lhes cópia do parecer e da presente decisão, para ciência e para que, caso assim entendam, determinarem a realização dos estudos próprios visando a avaliar as repercussões da Lei de Acesso à Informação, respectivamente, sobre as Resoluções nº 23/2007-CNMP e 002/2008-CPJ/MPRN, efetuando-se as alterações que se mostrarem necessárias.

Após, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Natal, 05 de setembro de 2017

  
**ANÍSIO MARINHO NETO**  
Corregedor-Geral do Ministério Público